



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE PERNAMBUCO – CREA-PE  
CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA ELÉTRICA – CEEE

**Reunião** : Ordinária Nº: 05/2020  
**Decisão** : 140/2020 – CEEE/PE  
**Item da Pauta** : 3.3.  
**Referência** : Resolução nº 1.121/2019, do Confea.  
**Interessado** : Crea-PE.

**EMENTA:** Delega competência à Chefia da Divisão de Registro e Cadastro do Crea-PE – DREC para proceder a análise e expedição de processos relativos ao registro de pessoas jurídicas e dá outras providências.

### DECISÃO

A Câmara Especializada Engenharia Elétrica – CEEE do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco – Crea-PE, reunida em sua Sessão Extraordinária nº. 05, realizada no dia 23 de abril de 2020, apreciando à publicação da Resolução nº 1.121/2019 do Confea, que dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia e dá outras providências, que possui aplicabilidade a partir de 18 de março de 2020; considerando que esta Câmara Especializada emitiu a Decisão nº **140/2020-CEEE**, que delegou à Chefia da Divisão de Registro e Cadastro do Crea-PE – DREC proceder a análise e expedição de processos relativos ao registro de pessoas jurídicas, baseada ainda, na Resolução nº 336/89, do Confea, que dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; considerando que de acordo com alínea “d” do art. 46 da Lei Federal nº 5.194/66, é atribuição das Câmaras Especializadas apreciar e julgar os pedidos de registro de profissionais, das firmas, das entidades de direito público, das entidades de classe e das escolas ou faculdades na Região; considerando a necessidade de reduzir os prazos de concessão de registro de empresas em benefício das interessadas; considerando a necessidade de aproveitar com mais eficiência o tempo das reuniões das Câmaras Especializadas para tratar de assuntos de maior relevância para as modalidades profissionais representadas pelo Sistema Confea/Crea; e, considerando também, a necessidade de desburocratizar os serviços administrativos do Crea-PE, **DECIDIU, por unanimidade, delegar competência à Chefia da Divisão de Registro e Cadastro – DREC do Crea-PE, para proceder a(o):** 1. *Análise e registro da pessoa jurídica, desde que o objeto social da empresa seja compatível com as atribuições do(s) responsável(eis) técnico(s) indicado(s), exceto se a amplitude do objeto social da empresa suscitar dúvidas no tocante à responsabilidade técnica, bem como se o responsável técnico indicado possuir visto, ou seja, residência em outro Estado, situações em que o processo deverá ser encaminhado a esta Câmara Especializada para apreciação e julgamento;* 2. *Análise e alterações contratuais, respeitando os normativos de referência em vigência;* 3. *Análise e inclusão de responsabilidade técnica de profissionais, desde que possua(m) atribuições condizentes com o objeto social da pessoa jurídica, exceto se o responsável técnico indicado possuir visto, ou seja, residência em outro Estado, situação em que o processo deverá ser encaminhado a esta Câmara Especializada para apreciação e julgamento;* 4. *Análise e baixa de responsabilidade técnica;* 5. *Análise e interrupção do registro de pessoas jurídica, o qual deverá apresentar documentos comprobatórios devidamente arquivados e emitidos por Órgão competente;* 6. *Análise e cancelamento de registro da pessoa jurídica nos seguintes casos: I) encerramento das atividades, II) alteração do objeto social retirando do mesmo*



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE PERNAMBUCO – CREA-PE  
CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA ELÉTRICA – CEEE

*qualquer atividade da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Meteorologia e da Geografia, III) por paralisação ou conclusão da obra ou serviço, quando se tratar de pessoa jurídica de outro estado, devendo ser apresentado documento explicando a causa da paralisação ou informando sua conclusão e o processo será encaminhado a Divisão de Fiscalização – DIFI deste Regional para proceder à diligência ao local, a fim de verificação e confirmação das informações prestadas. Para todos os casos anteriormente especificados neste item, a pessoa jurídica deverá apresentar documentos comprobatórios devidamente arquivados e emitidos por Órgão competente; 7. A DREC deverá mensalmente encaminhar relação detalhada a esta Câmara Especializada, contendo todos os tipos de processos elencados acima, concedidos no mês anterior para conhecimento e acompanhamento; 8. Os demais casos não previstos na presente decisão, deverão ser encaminhados a esta Câmara Especializada para apreciação e julgamento, após serem devidamente instruídos por Assistentes Técnicos; 9) revisar esta Decisão anualmente prevalecendo sua validade até a nova edição aprovada; e, 10) revogar as disposições em contrário e entrar em vigor a partir desta data, com efeitos retroativos a 18/03/2020. Coordenou a sessão o Engenheiro Eletricista Mailson da Silva Neto - **Coordenador**. **Votaram favoravelmente os senhores Conselheiros:** Roberto Luiz de Carvalho Freire, Jarbas da Silva Morant, Walquir da Silva Fernandes*

Cientifique-se e cumpra-se.

Recife, 23 de abril de 2020

---

Eng.º Eletricista Mailson da Silva Neto  
Coordenador da CEEE do Crea-